



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 06 DE ABRIL DE 2021

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 143/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, representantes, titular e suplente do Executivo Municipal para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, nos termos do Art.2º, I c/c §2º, I da Lei nº 224/2021.

Representantes do Executivo Municipal:

Jose Bedeu de Farias Quirino- Titular

Lenilson Bezerra da Silva- Suplente

Representantes da Secretária de Educação, indicados pelo Executivo Municipal:

Carlos Henrique Xavier- Titular

Edijaci Maria de Araújo- Suplente

Congo, 05 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 06 DE ABRIL DE 2021

Decreto nº 335/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS E DE ADEQUAÇÃO PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVA E COMERCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.142 de 02 de abril de 2021 que trata da adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 22ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 5 de abril de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira laranja";

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atendendo prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

Art. 1º - Ficam estabelecidas medidas adicionais, restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo e em coadunação com os termos do Decreto Estadual nº 41.142/2021, passando a valer da data de publicação deste Decreto e até o dia 18 de abril de 2021.

Art. 2º - As secretarias municipais, bem como a estrutura administrativa do município, excetuando-se os serviços de saúde, funcionarão de segunda-feira às sextas-feiras, nos seguintes horários e com a observação de todas as normas sanitárias vigentes, sobretudo o uso de máscara, higienização das mãos e o distanciamento social:

- a) Das 08:00hs às 12:00hs – atendimento ao público em geral;
- b) Das 14:00hs às 17:00hs – funcionamento interno.

Art. 3º - Em caráter integrativo e de complementariedade ao estabelecido nos termos do Decreto Estadual nº 41.142/2021, podem funcionar com adequações de protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, os seguintes serviços:

I – Serviços considerados essenciais como: supermercados, mercadinhos, mercearias, hortifruti, lava a jato, oficina mecânica, borracharias e açougues, unidade odontológica, revendedores de água e gás, casa lotérica, laboratório de análises clínicas, poderão funcionar das 07:00 até às 17:00hs.

II - Lojas de varejo, de produtos agropecuários, de material de construção poderão funcionar das 06:00 até 17:00hs.

III – Farmácias, padarias e postos de combustíveis poderão funcionar entre 06:00 e 22:00hs.

IV – Academias, das 06:00hs até 22:00hs, limitado o número de 10(dez) usuários para cada hora, sendo ainda obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos usuários e público.

V – Cabeleireiros, barbearias, manicures, pedicure, serviços de depilação e demais estabelecimentos de serviços similares, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), objetivando-se assim, a atender um cliente de cada vez e priorizando pelo distanciamento social, evitando-se assim a aglomeração dentro do recinto do estabelecimento;

VI - Missas, cultos e demais cerimônias religiosas, poderão ser realizadas nas sedes das igrejas e templos, neste caso com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade desde que em áreas abertas, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VII – Reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas nas sedes destas, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade,

IX – Restaurantes, lanchonetes, loja de conveniência e similares, somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade com a utilização de áreas abertas, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, sendo permitido o funcionamento através de delivery ou de retirada pelos próprios clientes no período entre 06:00hs e 23:30hs.

X – Bares somente poderão funcionar única e exclusivamente, durante vigência do

presente Decreto, com atendimento de entrega do produto em domicílio e/ou retirada do produto pelo cliente, sendo proibido o atendimento e permanência de usuários sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VIII – Construção Civil, no horário entre 06:30hs e 16:30hs, dentro de suas dependências.

Art. 4º - A rede pública municipal durante o prazo de vigência deste decreto, funcionará em regime de aulas remotas.

Art. 5º - Em consonância com os termos do Decreto Estadual nº 41.142/2021, no âmbito deste município, as instituições privadas de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil só poderão funcionar em regime de aulas remotas.

Art. 6º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto as atividades esportivas em campos de futebol, ginásios e quadras, sendo no entanto, permitido, como forma de incentivar a prática de atividades físicas individuais o uso de parques e espaços públicos para tal fim, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia.

Art. 7º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural do município de Congo/PB.

Art. 8º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a utilização de aparelhos sonoros por parte da população em geral nos espaços públicos do município de Congo/PB que possam causar aglomerações, excetuando-se a utilização de tais aparelhos por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 9º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto o acesso de pessoas em ambientes que sejam voltados para a prática de entretenimento e que estejam localizados no âmbito do município de Congo/PB, seja na zona urbana ou rural.

Art. 10 - É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

Parágrafo único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

Art. 11 - Ficam plenamente consolidadas e convalidadas todos os termos contidos no Decreto Estadual nº 41.142/2021 no âmbito deste município, servindo o presente Decreto como norma integrativa e complementar, as ressalvas contidas nos artigos antecessores.

Art. 12 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 13 - A vigilância sanitária municipal, as forças policiais estaduais, AGEVISA e o PROCON estadual ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência, tudo isso já normatizado nos termos dos arts. 6º e 7º do Decreto Estadual nº 41.142/2021.

Parágrafo único – Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 14 - Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§1º - Constatada qualquer infração ao disposto no caput, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§2º - Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§3º - O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§4º - Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no Art. 13 deste Decreto, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

Art. 15 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 06 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito